



RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
CNPJ: 06.249.129/0001-14

Demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2023
acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

RPW S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
CNPJ: 06.249.129/0001-14

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	7
Balancos Patrimoniais	10
Demonstrações do Resultado	11
Demonstrações do Resultado Abrangente	12
Demonstrações da Mutação do Patrim�nio Líquido	13
Demonstrações do Fluxo de Caixa	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

À Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional,

Demonstrações financeiras individuais da RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Prezados senhores:

Esta carta de apresentação da Administração é fornecida em conexão com a divulgação das demonstrações financeiras da RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com o objetivo de expressar o reconhecimento de nossas responsabilidades pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

As demonstrações e documentos apresentados são:

- Termo Declaratório
- Relatório da Administração;
- Balanços Patrimoniais;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração de Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas; e
- Relatório dos Auditores Independentes.

Demonstrações divulgadas no site em 22/10/2024

<https://www.emprestacapital.com.br/>



Diretor Financeiro

Contador

A Diretoria da RPW S/A SCFI declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas

Prezados Acionistas e Administradores, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de vossas senhorias as demonstrações financeiras da RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhada das respectivas notas explicativas e relatório do auditor independente, elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

A Instituição

Fundada em 2004, a RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, ou EMPRESTA Capital, é uma sociedade de crédito, financiamento e investimento (SCFI) focada na disseminação de linhas de crédito com alto impacto produtivo e socioambiental. Com experiência de 20 anos no mercado financeiro, consolidamo-nos como um dos líderes de mercado em nosso segmento devido ao crescimento robusto e sustentado durante nossa história. Nossa instituição já beneficiou mais de 100.000 empreendimentos, de forma direta ou indireta, entre pessoas físicas e jurídicas, em mais de 60 segmentos diferentes em todo o território nacional.

Nosso foco é trazer soluções de crédito, atendendo a nichos específicos de pessoas físicas microempreendedores, e a micro e pequenas empresas, que hoje representam mais de 99% dos empreendimentos no Brasil segundo o Sebrae, muitas delas sem acesso a produtos de crédito e outras soluções pelos canais tradicionais.

Nossos profissionais são especializados em realizar um atendimento diferenciado aos nossos clientes e criar uma rede de relacionamentos sólida e íntegra, com uma linguagem específica e direcionada. Através de uma estrutura enxuta, processos inteligentes e simplificados, conseguimos identificar e atender as necessidades dos segmentos em que atuamos, superando as limitações existentes nos tradicionais canais de crédito do mercado.

Tendo em vista nosso sucesso e a posição de liderança no mercado de nicho que atuamos, identificamos a possibilidade de atender a demanda repressada de outros produtos correlacionados à nossa operação, oferecendo crédito para personagens que orbitam dentro do ambiente que já atuamos. Para que pudéssemos crescer nesse sentido, em 2021 solicitamos ao Banco Central do Brasil a autorização para atuarmos como SCFI. Após criteriosa análise do regulador, a autorização foi nos outorgada em 25 de fevereiro de 2022.

A EMPRESTA Capital investiu na qualificação de sua equipe e aprimorou seus processos internos, a fim de atender as novas demandas como SCFI. Solicitamos a mudança de Segmentação perante ao Banco Central no segundo semestre de 2023, alterando a estrutura de S5 para S4. Mantivemos um acompanhamento constante das empresas e pessoas físicas que compõem nossa carteira de clientes, identificando oportunamente quaisquer sinais de inadimplência e tomando medidas preventivas para minimizar perdas. Todo esse esforço se refletiu em um índice de inadimplência dentro de nossa média histórica, adequado para o perfil de risco da carteira, demonstrando a efetividade das políticas de gerenciamento de riscos da empresa.

Cenário Econômico

Em 2023, o cenário econômico começou com incertezas devido a uma eleição presidencial altamente polarizada, o que gerou desconfiança do mercado em relação às propostas da nova equipe econômica. No entanto, ao longo do ano, os indicadores econômicos domésticos se mostraram bem controlados, confirmando a continuidade da retomada da economia no pós-pandemia. A perspectiva passou de positiva para estável. O ano de 2023 finaliza com uma perspectiva também estável, tanto para os preços dos ativos (bolsas, câmbio e risco), quanto das condições econômicas, especialmente no que se refere à perspectiva de desaceleração da inflação e de queda da taxa de juros. Espera-se leve desaceleração no crescimento em comparação a 2023, principalmente devido à queda prevista no setor agropecuário por fatores climáticos adversos.

Captação

Nossa captação está concentrada na emissão de Certificados de Depósito Bancário (CDBs) negociados nas principais plataformas digitais de investimento do Brasil. Todos os títulos emitidos foram disponibilizados por Distribuidoras de Títulos e Valor Mobiliários (DTVMs) de renome e possuem garantia do Fundo Garantidor de Crédito, cumprindo todo os requisitos legais e operacionais demandados por reguladores.

Números de Clientes

Em consonância com o contínuo movimento de progresso, a organização expandiu seu alcance abarcando tanto indivíduos quanto entidades empresariais, resultando em um total de 19.592 clientes ativos em dezembro de 2023. Desse montante, 19.297 são clientes de natureza física, ao passo que 295 são de natureza jurídica.

Inadimplência

Ao mantermos a estratégia de atuação no mesmo segmento de mercado, trabalhando com os produtos e soluções com um público que já conhecemos e atuamos de longa data, fomos capazes de manter a inadimplência dentro do patamar histórico da carteira.

Na posição de 31/12/2023, a inadimplência total da carteira acima de 90 dias era de 8,45%. Os valores constituídos como provisão para perdas de crédito na carteira de empréstimos seguem o regramento estabelecido pela Resolução 2.682 do Banco Central.

Resultados

No segundo semestre de 2023, a RPW S/A SCFI apresentou um resultado líquido positivo de BRL 1.080 mil. Apesar do resultado negativo apresentado no primeiro semestre de 2023, a instituição foi capaz de reverter o desempenho no segundo semestre, zerando lucros e prejuízos para o exercício anual.

No período, a carteira de crédito atingiu o volume de R\$ 117.665 mil em dezembro/23, com um crescimento 7,27% com relação a carteira de crédito em junho/23, que totalizava BRL 109.694 mil. O crescimento orgânico da carteira é sustentado e possui perspectiva de crescimento contínuo para os próximos semestres.

O volume de depósitos a prazo em CDB reduziu, totalizando R\$ 121.464 mil em dezembro/23, contra R\$ 126.558 mil em junho/23. Apesar do aumento da carteira de crédito, a Instituição foi capaz de sustentar o crescimento com o pagamento regular das operações de empréstimo. O volume de ativos totais somou R\$ 143.852 mil em dezembro/23.

Projetamos a continuidade do crescimento orgânico da carteira para o exercício de 2024.



Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com o seu apoio e confiança, e aos nossos colaboradores pelo seu comprometimento diário para mantermos a perenidade de nossa Instituição.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
RPW S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos decorrentes do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RPW S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião com ressalva

Provisão sobre operações de crédito

Conforme nota explicativa nº 06, em 31 de dezembro de 2023, a Instituição possuía operações de crédito, adquiridas em operação de recompra direta ou indiretamente junto ao FIDC RPW Microfinanças, cujo montante líquido de provisões é de R\$ 8.322 mil. Para estas operações, cujo valor representava aproximadamente 7% da carteira total em 31/12/23, a administração utilizou metodologia própria de provisionamento, com base na excepcionalidade prevista no art. 5º da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, a qual se baseia na perda esperada da carteira e considera o histórico de inadimplência, recuperabilidade e características dos recebíveis e devedores, sem considerar a classificação do maior risco por devedor consolidado. Durante nossos procedimentos não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para determinar os eventuais efeitos, se houver, das provisões decorrentes da adoção de modelo interno de avaliação utilizado pela administração da Instituição, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e semestre findo em 30 de junho de 2023

As demonstrações financeiras da Instituição correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram, em 14 de maio de 2024 e 25 de agosto de 2023, respectivamente, relatórios de auditoria com ressalva, semelhante ao assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de outubro de 2024.

DocuSigned by:

Luiz Carlos Soares da Silva

5560E4A43B5144C...

Luiz Carlos Soares da Silva
Contador CRC 1SP-228.054/O-4

Conatus Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-037.537/O-1

RPW S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	31/12/2023	31/12/2022		Notas	31/12/2023	31/12/2022
	Explicativas				Explicativas		
Circulante		111.567	63.677	Circulante		92.372	68.873
Caixa e Equivalente de Caixa	4	2.915	22.981	Depósitos a prazo	9	89.763	65.868
Disponibilidades		2.915	22.981	CDB		89.763	65.868
Operações de Crédito	6	86.318	26.696	Obrigações por Empréstimos e Repasses		-	-
Empréstimos Concedidos		70.673	4.289	Outras obrigações	10	2.609	3.005
Títulos Descontados		15.757	18.425	Cobrança e arrecadação tributos	10.1	58	64
Outros Empréstimos		7.641	7.641	Fiscais e previdenciárias	10.1	1.660	669
(-) Provisão s/Perdas Oper. Crédito		(7.753)	(3.659)	Obrigações sociais e trabalhistas	10.2	267	224
Outros créditos	7	9.534	3.759	Diversas	10.2	624	2.048
Adiantamentos concedidos	7.1	6.408	2.289	NÃO CIRCULANTE			
Créditos Tributários	7.2	545	545	Depósitos a prazo	9	31.701	52.639
Impostos a compensar	7.3	2.314	448	CDB		31.701	52.639
Outros devedores	7.4	267	477				
Outros valores e bens	7.4	12.800	10.241	Patrimônio líquido	11	19.779	19.939
Diferimento de custos		12.800	10.241	Capital Social		18.832	11.000
NÃO CIRCULANTE		32.285	77.774	Reserva legal		-	695
Títulos e Valores Mobiliários	5	692	690	Reservas especiais de lucros		1.419	8.244
Operações de crédito	6	30.702	75.085	Prejuízos acumulados		(472)	-
Empréstimos Concedidos		29.521	46.284				
Títulos Descontados		1.714	29.795	TOTAL PASSIVO E DO PATRIMONIO LÍQUIDO		143.852	141.451
(-) Provisão s/Perdas Oper. Crédito		(533)	(994)				
Imobilizado	8	891	1.999				
Imobilizado		891	1.999				
TOTAL ATIVO		143.852	141.451				

As notas explicativas da Administração integram as demonstrações financeiras.

RPW S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstração do resultado

Semestre findo em 31 dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas Explicativas	01/07/2023 a		
		31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS				
Receitas de Intermediação Financeira		25.927	46.866	45.436
Operações de Crédito		25.753	46.503	46.836
Resultado de títulos e valores mobiliários		174	363	- 1.400
Despesas de Intermediação Financeira		(14.151)	(26.984)	(8.628)
Operações de Captação mercado		(8.656)	(16.921)	(7.813)
Provisões para perdas esperadas ao risco crédito		(5.495)	(10.063)	(815)
Resultado Bruto Intermediação financeira	13	11.776	19.882	36.808
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(9.357)	(18.542)	(29.790)
Receitas prestação serviço		3.567	6.878	5.729
Despesas de Pessoal	14	(1.629)	(3.251)	(2.941)
Outras Despesas Administrativas	15	(10.368)	(19.818)	(19.232)
Despesas Tributárias		(1.226)	(2.317)	(2.020)
Despesas com Cessão de Operações				(11.294)
Outras Despesas Operacionais		299	(34)	(32)
Resultado Operacional		2.419	1.340	7.018
Resultado Não Operacional		(84)	(84)	51
Resultado antes I. Renda e C. Social		2.335	1.256	7.069
Ativo Fiscal Diferido		-	-	532
Imposto de Renda	17	(753)	(753)	(385)
Contribuição social	17	(502)	(502)	(268)
			-	
Resultado Líquido		1.080	1	6.948
As notas explicativas da Administração integram as demonstrações financeiras.				

RPW S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstração do resultado abrangente
Semestre findo em 31 dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	01/07/2023 a 31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido:	1.080	1	6.948
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente do Semestre:	1.080	1	6.948
As notas explicativas da Administração integram as demonstrações financeiras.			

RPW S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de lucros		Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva especial de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2022	11.000	347	1.644	-	12.991
Lucro líquido	-	-	-	6.948	6.948
Reserva Legal	-	348	-	(348)	-
Reserva especiais de lucros	-	-	5.720	(5.720)	-
Juros sobre o capital Próprio	-	-	880	(880)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.000	695	8.244	-	19.939
Mutações no exercício	-	348	6.600	-	6.948
Saldos em 1º de janeiro de 2023	11.000	695	8.244		19.939
Resultado líquido	-	-	-	1	1
Aumento Capital	-	-	-	-	-
Absorção reservas para aumento capital	7.113	(695)	(6.418)	-	-
Juros sobre capital Próprio	719	-	(407)	(473)	(161)
					-
					-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	18.832	-	1.419	(472)	19.779
Mutações no semestre	(7.832)	695	6.825	472	(160)
Saldos em 1º de julho de 2023	11.000	695	8.082	(1.079)	18.698
Resultado líquido	-	-	-	1.080	1.080
Aumento Capital	-	-	-	-	-
Absorção reservas para aumento capital	7.113	(695)	(6.418)	-	-
Juros sobre capital Próprio	719	-	(245)	(473)	1
					-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	18.832	-	1.419	(472)	19.779
Mutações no semestre	(7.832)	695	6.663	(607)	1.081

As notas explicativas da Administração integram as demonstrações financeiras.

RPW S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto

Semestre findo em 31 dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	01/07/2023 a 31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do período	1.080	1	6.948
Ajustes lucro líquido com o caixa gerado nas atividades operacionais			
Depreciação	122	351	445
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.955	3.633	4.451
(Aumento) Redução dos Ativos operacionais			
Títulos e valores mobiliários	-	(2)	8.690
Operações de crédito	(7.971)	(18.872)	(89.710)
Outros créditos	(2.292)	(8.334)	(15.828)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Outras obrigações	1.032	761	(243)
Credores Diversos	(699)	(1.157)	(6.889)
Caixa líquido das atividades operacionais	(6.773)	(23.619)	(92.136)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições/baixas Ativo Imobilizado	102	757	406
Caixa líquido das atividades de investimento	102	757	406
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos com Instituições Financeiras	-	-	(5.006)
Depósito à prazo	(5.094)	2.957	118.507
Juros sobre o capital próprio		(161)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	(5.094)	2.796	113.501
Variação no caixa e equivalentes de caixa	(11.765)	(20.066)	20.959
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	14.680	22.981	2.022
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre	2.915	2.915	22.981

As notas explicativas da Administração integram as demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(Em R\$ milhares)

1. Contexto operacional

A RPW S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (“RPW” ou “Instituição”) nova denominação da RPW Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte S.A., (nome fantasia EMPRESTA CAPITAL) iniciou suas atividades no ano de 2004, tendo seu endereço atual de registro e funcionamento da sede na Alameda Santos, 787, 2º andar – conjunto 21, no bairro da Cerqueira Cesar, na cidade de São Paulo, estado do São Paulo.

A **RPW** tem como objetivo principal a concessão de empréstimos e financiamentos a pessoas físicas e jurídicas constituídos na forma de microempreendedores e empresas de pequeno porte, com vistas à viabilização de empreendimentos de natureza profissional comercial ou industrial de pequeno porte, e quaisquer outras operações admitidas a sociedades da mesma natureza, equiparando-se às instituições financeiras para os fins legais.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, Lei do Sistema Financeiro Nacional (nº 4.595/1964) e normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - Bacen e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, quando aplicável. Com intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no Cosif em relação às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Banco Central através da Resolução CMN nº 4.818/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e através da Resolução BCB nº 2/2020 estabeleceu as diretrizes que passaram ser aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2021, de maneira prospectiva. Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são: provisões de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para passivos cíveis e tributários, valor justo dos instrumentos financeiros, impostos diferidos e vida útil do ativo imobilizado.

b) Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de Reais, sendo

o real a moeda funcional da RPW.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela RPW na gestão das obrigações de curto prazo.

b) Ativos financeiros não derivativos

A RPW reconhece os créditos concedidos e demais recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a RPW se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Foram adotados os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e pelo BACEN.

A RPW desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a RPW transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela RPW em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a RPW tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A RPW classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

c) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

De acordo com o estabelecido pela Circular BCB nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, atendendo aos critérios de contabilização da resolução do Banco Central do Brasil. Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a RPW gerência tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos documentados pela Instituição. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

d) Contas a receber de empréstimos e financiamentos

As operações de crédito são atualizadas mensalmente e seus valores expressam o saldo devedor acrescidos de rendimentos “*pro-rata*” até a data de cálculo (último dia de cada mês). As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “*pro rata*” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. Contas a receber de créditos sob a forma de empréstimos e financiamentos são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os saldos não liquidados no período contratual são reclassificados para outras operações e mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

e) Operações de crédito

As operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “*pro rata*” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo “AA” risco mínimo e “H” risco máximo. Ainda devem ser considerados os períodos e atrasos definidos conforme Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

f) Provisão de devedores duvidosos

As operações de empréstimos e financiamentos são classificadas, em ordem crescente de risco e faixas de vencimentos, e são efetuadas com base em critérios consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas, nos moldes da Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, contemplando, pelo menos, os seguintes aspectos: em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, pontualidade e atrasos nos pagamentos e limite de crédito; em relação à operação: natureza e finalidade da transação e valor. As provisões são constituídas em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos.

g) Passivos financeiros não derivativos

A RPW reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a RPW se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A RPW desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

Foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) anual. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no caso das sociedades de crédito, financiamento e investimentos a alíquota é de 15%.

i) Resultados recorrentes e não recorrentes

A classificação em recorrente e não recorrente é apresentada de forma segregada e obedece à Resolução BCB nº 2/2020. Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades da Financeira ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é realizada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

j) Utilização de estimativas

Para a preparação das demonstrações financeiras ao viés das técnicas contábeis, demanda que a Administração faça uma previsão quanto ao valor de itens que considera as melhores evidências disponíveis e determine valores estimados e suposições que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e as notas explicativas às demonstrações financeiras. Assim, os resultados efetivos poderão ser díspares de tais estimativas.

k) Imobilizado

Reconhecimento e Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

l) Capital social

A Sociedade é formada por quotas de capital, com valor nominal de R\$ 1,34, e é composta e mensurada pelo valor histórico das subscrições realizadas pelos sócios- quotistas.

m) Ativos e Passivos contingentes

A demonstração contábil foi preparada seguindo o CPC 25 no que trata de provisões para ativos e passivos contingentes que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

4. Disponibilidades

Os valores em disponibilidades estão concentrados em contas correntes de Bancos Comerciais.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	2	1
Bancos contas movimento	2.610	22.980
Banco Central Reservas Livres	303	-
Total	<u>2.915</u>	<u>22.981</u>

5. Títulos e valores mobiliários

Os valores de títulos e valores mobiliários estão aplicados em Cotas de Fundos de Investimentos.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cotas de fundos de investimentos	12	10
Debêntures - títulos mantidos até o vencimento (i)	680	680
Total	<u>692</u>	<u>690</u>

(i) Data de emissão privada das debêntures simples, subordinadas, não conversíveis em ações e não endossáveis em 22 de dezembro de 2021 e o prazo de vencimento é de 180 (cento e oitenta) meses. Com o custo de compra de R\$ 682 mil e valor nominal unitário de subscrição de R\$ 1.000,00.

6. Operações de crédito

Estão representados por operações de crédito sob a forma de empréstimos e títulos descontados, que totalizaram R\$ 109.379 em 2023. Sendo R\$ 100.194 de empréstimos, R\$ 17.471 de títulos descontados e R\$ 7.641 de operações com características de concessão de crédito, oriundas dos efeitos de recompra das operações do FIDC Microfinanças ocorrida em jul/22. A taxa média dos contratos de empréstimo é de 5,01%. Os títulos descontados possuem taxa média de 2,10% ao mês. A PECLD foi constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

6.1 - Segregação das operações de crédito entre curto e longo prazo

	<u>31/12/2023</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>
Empréstimos	70.673	29.521	100.194
Títulos Descontados	15.757	1.714	17.471
	<u>86.430</u>	<u>31.235</u>	<u>117.665</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.753)	(533)	(8.286)
	<u>78.677</u>	<u>30.702</u>	<u>109.379</u>
	<u>31/12/2022</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>
Empréstimos	4.289	46.284	50.573
Títulos Descontados	18.425	29.795	48.220
	<u>22.714</u>	<u>76.079</u>	<u>98.793</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.659)	(994)	(4.653)
	<u>19.055</u>	<u>75.085</u>	<u>94.140</u>

6.2 - Classificação por tipo de operação e prazo de vencimento

							31/12/2022
	Vencidos	A vencer até 3 meses	A vencer de 3 a 12 meses	A vencer de 1 a 3 anos	A vencer de 3 a 5 anos	A vencer de 5 a 15	Total
Empréstimos	7.050	10.465	19.941	10.514	101	-	48.072
Título Descontado	424	9.638	22.106	17.805	746	2	50.721
Total antes da provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.474	20.103	42.047	28.319	847	2	98.793

							31/12/2023
	Vencidos	A vencer até 3 meses	A vencer de 3 a 12 meses	A vencer de 1 a 3 anos	A vencer de 3 a 5 anos	A vencer de 5 a 15	Total
Empréstimos	3.831	21.828	45.014	29.029	492	-	100.194
Título Descontado	6.867	3.545	5.345	1.696	18	-	17.471
Total antes da provisão para crédito de liquidação duvidosa	10.698	25.373	50.359	30.725	510	-	117.665

6.3 - Classificação carteira de crédito nível de risco

Níveis de risco	%	31/12/2023		31/12/2022	
		Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA	0	13.025	-		
A	0,5	86.856	(434)	89.351	(457)
B	1	2.687	(27)	1.809	(18)
C	3	3.406	(102)	1.534	(46)
D	10	1.752	(175)	979	(98)
E	30	1.849	(555)	802	(241)
F	50	1.436	(718)	695	(347)
G	70	1.265	(886)	589	(412)
H	100	5.389	(5.389)	3.034	(3.034)
Operações Crédito		117.665	(8.286)	98.793	(4.653)

7. Outros créditos

7.1 - Adiantamentos concedidos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Adiantamentos salariais	-	4
Adiantamentos a prestadores de serviços	4.458	820
Antecipações aos sócios	1.950	1.465
Total	<u>6.408</u>	<u>2.289</u>

7.2 - Créditos tributários

Impostos Diferidos - Créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social até 31 de dezembro de 2022. Em 2023 optou-se por não contabilizar crédito tributário.

<u>Risco</u>	<u>2022</u>		<u>PECLD</u>
	<u>Operações</u>	<u>%</u>	
A	89.341	0,50	447
B	1.809	1,00	18
C	1.534	3,00	46
D	979	10,00	98
E	802	30,00	240
F	695	50,00	347
G	589	70,00	412
H	3.044	100,00	3.044
	Base IRPJ/CSLL Diferidos		<u>1.608</u>
	IRPJ Diferido		400
	CSLL Diferido		145
	Total imposto diferido		<u>545</u>

A RPW não possui créditos tributários sobre compensação de prejuízos fiscais acumulados, bem como não constituiu ativos diferidos desta natureza. Por outro lado, a RPW possui direitos sobre despesas temporariamente dedutíveis sobre a provisão para devedores duvidosos, cuja perda definitiva ainda não reuniu as condições de dedutibilidade permitida pelas regras do imposto de renda, tendo constituído créditos tributários de diferenças temporárias.

O reconhecimento integral deste ativo decorre da avaliação pela Administração de sua capacidade de geração de lucros futuros para fazerem frente à dedução das referidas perdas, se ocorrerem, ou da reversão da provisão em caso de recuperação dos créditos nos próximos cinco anos. Há expectativa de realização desse crédito é no exercício de 2024.

De acordo com o Art. 4º inciso II da Resolução CMN nº 4.842/20, a RPW pode efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de impostos de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias desde que apresente histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de IRPJ e CSLL em pelo menos 3 (três) dos últimos 5 (cinco) anos, incluindo o exercício corrente.

7.3 - Impostos a compensar

Refere-se a impostos pagos por antecipação do próprio exercício ou retidos nas aplicações da Instituição, que serão compensadas na declaração do imposto de renda da pessoa jurídica:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Anteciapação IRPJ/CSLL	977	-
Impostos retidos pg a maior	96	448
PIS/Cofins pg maior	107	-
IRPJ 2022 Pg a maior	924	-
Saldo Negativo 2022 a restituir	210	-
TOTAL	2.314	448

7.4 - Diversos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caução aluguel	205	90
Outros devedores	62	387
Bloqueios Judiciais a ressarcir	-	-
	267	477

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Diferimento de custos (i)	12.800	10.241

- (i) Diferimento de no montante de R\$ 12.800, refere-se a despesas que contribuem para originação de operações de crédito, as quais são diferidas pelo prazo médio da carteira, que em 2023 foi de 25 meses.

8. Imobilizado

O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Não foram evidenciadas perdas no período, desta forma não se aplica a redução ao valor recuperável (*Impairment*). A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base na vida útil. O ativo imobilizado apresentou a seguinte movimentação:

	<u>Equip Proce.</u> dados	Instalações	<u>Móveis e</u> utensilios	Veículos	Total
Saldo em 31/12/2022	324	209	237	2.580	3.350
Adições - -	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	(1.763)	(1.763)
Saldo em 31/12/2023	324	209	237	817	1.587
Depreciação					
Saldo em 31/12/2022	(269)	(15)	(152)	(915)	(1.351)
Depreciações	-	-	(16)	671	655
Saldo em 31/12/2023	(269)	(15)	168	(244)	(696)

9. Depósitos a prazo

				<u>31/12/2022</u>
<u>Certificado de Depósito Bancário</u>	<u>Em até 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 12 meses</u>	<u>De 1 ano a 3 anos</u>	<u>Total</u>
Não Ligadas	20.117	45.751	52.639	118.507
Deposito a Prazo	20.117	45.751	52.639	118.507

				<u>31/12/2023</u>
<u>Certificado de Depósito Bancário</u>	<u>Em até 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 12 meses</u>	<u>De 1 ano a 3 anos</u>	<u>Total</u>
Não Ligadas (i)	8.525	81.238	31.701	121.464
Deposito a Prazo	8.525	81.238	31.701	121.464

(i) Certificados de Depósitos Bancários (CDB) pós-fixados, vinculadas às variações diárias do CDI com remuneração média de 115,95% da variação do CDI e prazo médio de emissão de 603 dias, exclusivamente negociado com corretoras parceiras.

10. Outras obrigações

10.1 - Fiscais e previdenciárias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
	<u>1.718</u>	<u>733</u>
IRPJ/CSLL sobre o lucro	1.255	53
Impostos sobre operações financeiras	58	64
Impostos e contribuições de terceiros	21	61
Impostos e contribuições sobre salários	136	68
PIS, a COFINS e ISS próprio	248	487

10.2 - Diversas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
	<u>891</u>	<u>2.272</u>
Obrigações para aquisição de bens e direitos (i)	289	1.846
Obrigações Venda/Transf Ativo	37	3
Provisão para pagamento a efetuar – Seguros retidos	-	22
Credores diversos – País	298	177
Despesas Pessoal	267	<u>224</u>

(i) Dos R\$ 289 em 31/12/2023, o valor de R\$ 142 (R\$ 1.370 em 2022) é referente de CDCs de veículos adquiridos.

11. Patrimônio líquido

Capital Social: Aprovado em 11 de dezembro de 2023, pelo Bacen a solicitação de aumento de capital de 9 milhões de reais, ficando o capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 18.832 (dezoito milhões de reais oitocentos e trinta e dois mil), sendo valor de R\$ 1.168 (um milhão cento e sessenta e oito mil) para ser integralizado em moeda corrente em janeiro de 2024.

O capital de R\$ 20.000 (vinte milhões de reais) após a integralização fica dividido em 8.693.762 (oito milhões, seiscentos e noventa e três mil, setecentos e sessenta e dois) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, indivisíveis em relação à sociedade.

Lucros ou Prejuízos Acumulados: a Instituição apresentou prejuízo no 1º semestre de 2023 no valor de R\$ 1.079 (um milhão e setenta e nove reais) e no segundo semestre lucro de R\$ 1.080, ficando o resultado acumulado em R\$ 1 (um mil reais).

Referente às demais reservas:

- Reserva Legal: montante de R\$ 695 (seiscentos e noventa e cinco mil reais) foi absorvido para o aumento de capital conforme AGE aprovada pelo Bacen;
- Dividendos: Conforme estatuto social da Instituição, o dividendo mínimo obrigatório não deverá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado. Em 2022, os 25% estavam em R\$ 1.650 (um milhão seiscentos e cinquenta mil reais), sendo absorvido para o aumento de capital o valor de R\$ 705 (setecentos e cinco mil reais), ficando um saldo de R\$ 945 (novecentos e quarenta e cinco mil reais);
- Juros sobre o Capital Próprio: Absorvido para aumento de capital o saldo de R\$ 719 (setecentos mil). No exercício de 2023, destinado o valor de R\$ 473 (quatrocentos e setenta e três mil reais), com base Capital ajustado, corrigido pela TJLP, sendo retido 15% de Imposto de Renda na Fonte com juros e multa;
- Outras Reservas: no valor de R\$ 5.714 (cinco milhões setecentos e quatorze mil) referente ao resultado de acumulados até 30/06/2023, foram absorvidos para o aumento de capital;

12. Provisão para contingências

A Administração não identificou montantes a serem provisionados. Essa informação foi obtida com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i-) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii-) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii-) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

A RPW S/A SCFI possui 29 ações que tramitam no Judiciário onde é polo passivo da ação, das quais 23 são consideradas de probabilidade remota de perda. No total, as causas possíveis somam o montante de R\$ 930 (novecentos e trinta mil reais). Estas são ações judiciais em curso, propostas em sua massa por devedores que tiveram alguma demanda judicial de execução proposta pela instituição e/ou alguma outra situação, e em que os devedores entraram com uma demanda contrária. Estas ações se encontram em fase inicial do processo de discussão. Por decorrência, entende a instituição que a probabilidade de qualquer perda financeira no processo é baixíssima, não havendo necessidade de provisionamento.

Apenas 6 ações têm considerada a probabilidade de perda avaliada como “possível”. São ações judiciais em curso, onde ainda não se possui um posicionamento definitivo seja da instância decisória, seja de jurisprudência consolidada, sobre como o assunto em discussão deve ser tratado no Judiciário.

Sendo assim, cada caso é analisado de forma distinta pelas cortes do território nacional. Para estas situações há boa margem de discussão e apresentação de provas documentais para cada caso avaliado. Cada caso foi avaliado profundamente em comitê da administração com o jurídico externo, onde a conclusão é que a viabilidade de sucesso da instituição financeira na demanda existente é elevada, com bons fundamentos documentais de defesa e possibilidade de ampla discussão em instâncias superiores. Desta forma, a administração entende que estes casos podem ser conceituados como perda apenas possível, sem necessidade de provisionamento específico.

13. Resultado de intermediação financeira

As receitas de operações de crédito estão representadas, substancialmente, pelo reconhecimento dos juros aplicados sobre as operações de crédito concedidas pela RPW S/A SCFI.

	<u>01/07/2023 a</u> <u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado da Intermediação financeira	11.776	19.882	36.808
Operações de Crédito	25.753	46.503	46.836
Receita de títulos e valores mobiliários	174	363	(1.400)
Operações de Captação mercado	(8.656)	(16.921)	(7.813)
Provisões para perdas ao risco crédito	(5.495)	(10.063)	(815)

14. Despesa com pessoal e honorários

	<u>01/07/2023 a</u> <u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
	(1.629)	(3.251)	(2.941)
Despesa Pró-labore diretoria	(39)	(71)	(77)
Despesa de pessoal-Benefícios	(468)	(932)	(751)
Despesa de pessoal-Encargos sociais	(259)	(440)	(495)
Despesa de pessoal-Proventos	(788)	(1.554)	(1.555)
Despesa de pessoal-Treinamento	(27)	(75)	(32)
Despesa de pessoal-Remuneração de estagiários	(11)	(30)	(31)
Participações no lucro	(37)	(149)	-

15. Outras despesas administrativas

	<u>01/07/2023 a</u> <u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
	(10.368)	(19.818)	(19.232)
Aluguel	(369)	(715)	(647)
Despesa de processamento dados	(870)	(1.630)	(1.088)
Serviços técnicos especializados (a)	(1.449)	(2.793)	(4.292)
Comunicação	(187)	(348)	(271)
Serviços do sistema financeiro	(373)	(609)	(519)
Despesas com Transporte	(86)	(158)	(117)
Serviços de terceiros (b)	(4.937)	(9.367)	(6.863)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(334)	(664)	(667)
Despesa Manutenção e conservação	(25)	(40)	(110)
Outras despesas administrativas (i)	(1.738)	(3.494)	(4.658)

- (i) O valor de R\$ 1.738 e R\$ 3.494 de Outras despesas administrativas, compreende despesas gerais como correios, taxas, copa/limpeza e demais despesas inclusas no cartão corporativo.

	<u>01/07 a</u> <u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços técnicos especializados (a)	(1.449)	(2.793)	(4.292)
Despesa com serviços contábeis	(280)	(492)	(115)
Despesa com assessoria jurídica	(1.051)	(2.123)	(3.999)
Despesa com suporte de informática	(64)	(122)	(178)
Consultoria Financeira	(54)	(56)	-
Serviços de terceiros (b)	(4.937)	(9.367)	(6.863)
Despesa com serviços de proteção ao crédito	(61)	(103)	(54)
Despesa com cartório	(12)	(20)	(5)
Despesa com comissão	(4.428)	(8.425)	(6.316)
Despesa com auditoria/Consultoria (i)	(361)	(695)	(389)
Outras despesas com serviços de terceiros	(75)	(124)	(99)

16. Partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. A RPW SCFI possui um empréstimo concedido a Holding, configurado como partes relacionadas, no montante de R\$ 476 mil a ser liquidado em 48 meses, com taxa nominal de 1,4000% a.m. e taxa efetiva de 1,48461% a.m., com próximo vencimento em 15 de janeiro de 2024 e último vencimento em 15 de janeiro de 2027. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 547 mil.

17. Demonstração do cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

A Instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.256	7.069
Adições	10.687	914
(Exclusões)	(8.597)	(6.036)
Juros sobre o Capital Próprio	-	(361)
Base de cálculo	3.346	1.316
IRPJ à alíquota de 15%	502	251
Incentivos Fiscais - PAT (a)	(59)	(10)
IRPJ à alíquota de 10% sobre adicional	310	144
CSLL à alíquota de 15% (16%2022)	502	268
Total	1	653

18. Adequação ao acordo de capitais – BASILEIA

O Índice de Basileia ficou em 16,82% em dezembro/23, acima do mínimo requerido para S4, que é 10,5%. A seguir, indicadores de Risco em 31/12/2023:

Basileia III - Indicadores de Risco - S5	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5)	19.779	19.939
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	117.569	106.216
PR Mínimo requerido para o RWA	9.406	18.057
Índice Basileia	16,82%	18,77%

19. Gestão integrada de riscos e de capital

A EMPRESTA Capital busca a excelência nas práticas de governança corporativa, bem como a transparência na gestão das diversas atividades da Instituição. A estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital implementada atua em linha com a sua estratégia e seu modelo de negócios, e é compatível com a natureza das operações, a relevância de exposição a riscos, e com a importância sistêmica da Instituição.

Visando assegurar que a EMPRESTA Capital construa um futuro sólido e sustentável, a estrutura de Gerenciamento de Riscos trabalha de forma centralizada e integrada, para garantir que todos os riscos por ela incorridos sejam devidamente identificados, mensurados, avaliados, monitorados, controlados, mitigados e reportados. Composta por responsáveis específicos para cada um dos riscos, os quais subsidiam, através de um Comitê de Riscos, a alta administração da Organização em decisões estratégicas, esta estrutura dispõe de uma área cuja competência é avaliar os riscos incorridos pela Instituição de forma integrada.

Em conformidade com a Resolução 4.557/17 do Banco Central, o gerenciamento integrado de riscos atua de forma independente das áreas de negócios, e cujas atribuições abrangem:

- Supervisionar o desenvolvimento, a implementação e o desempenho da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo seu aperfeiçoamento;
- Adequar as políticas, os processos, os relatórios, os sistemas e os modelos utilizados no gerenciamento de riscos aos objetivos estratégicos da EMPRESTA Capital;

- Promover a adequada capacitação dos integrantes da unidade de gerenciamento de riscos, acerca dos seus modelos, políticas, processos, relatórios e sistemas;
- Subsidiar e participar do processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos e capital.

Visando fortalecer a Gestão de Riscos por toda a Organização, a estrutura de gerenciamento de riscos identifica mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga os seguintes riscos:

- Risco de Crédito.
- Risco de Mercado;
- Risco de Liquidez;
- Risco Operacional;
- Risco Socioambiental;
- Risco de Conformidade; e
- BCP (*Business Continuity Plan*).

Tais áreas de riscos contam ainda com o apoio efetivo das equipes de Auditoria, Compliance / Controles Internos e Jurídico, que atuam na aplicabilidade e aderência de todos os processos às políticas instituídas pela Instituição.

As políticas, normas e procedimentos asseguram que a Organização mantenha uma estrutura de gestão de riscos compatível com a natureza das operações, multiplicidade das atividades e processos, bem como administração eficiente dos recursos material, sistêmico e humano.

Risco operacional

A Diretoria da EMPRESTA Capital estabeleceu a Autoavaliação como técnica para avaliação de riscos e controles visando o fortalecimento da cultura de risco e controle da Organização. A Autoavaliação é desenvolvida por meio de revisão do fluxo dos processos / controles, por mapeamentos e reuniões estruturadas com a participação das áreas gestoras dos processos e facilitadas pela área de Compliance e Riscos da EMPRESTA Capital, que estimula a participação dos envolvidos para identificação e mensuração dos riscos.

A avaliação do risco é feita com base na coleta de informações, quantitativas e qualitativas:

A probabilidade é medida considerando o registro histórico / frequência dos eventos / ocorrências, a existência de reincidências, e a vulnerabilidade dos processos, vis-à-vis a eficácia e efetividade operacional dos controles executados que mitigam a probabilidade.

O impacto é medido considerando a importância dos processos e os objetivos operacionais / objetivos de confiabilidade das demonstrações financeiras e não financeiras e objetivos de compliance, bem como o registro histórico de perdas financeiras/potenciais, perdas estimadas e a vulnerabilidade dos processos, vis-à-vis a eficácia e efetividade operacional dos controles executados que mitigam o impacto.

Os impactos e probabilidades são avaliados qualitativamente utilizando escalas de categorias conforme demonstramos adiante, os riscos alto e médio devem ser priorizados com o objetivo de identificar as causas (que podem contribuir para a materialização do risco), bem como devem ser adotadas medidas corretivas e preventivas para solução imediata dos problemas encontrados ou para o desenvolvimento de plano de ação para mitigação do risco identificado / correção das deficiências encontradas.

A Diretoria Administrativa Financeira, em conjunto com o Comitê de Riscos, mensurou os valores de perdas que serão aceitas mediante ao Apetite a Risco da organização para cada tipo de risco identificado.

Mecanismos e estratégias de mitigação de risco operacional

A área de Risco e Compliance promove a avaliação dos processos e controles internos, monitora os indicadores de risco operacional, fomenta discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelece planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização, visando assegurar que:

- Os processos de gerenciamento de riscos sejam conduzidos adequadamente e de forma integrada entre as áreas da instituição visando o alcance das metas e objetivos estabelecidos pela Diretoria e Conselho de Administração;
- Os riscos relevantes sejam identificados e avaliados, inclusive os riscos de prestadores de serviços relevantes;
- Práticas de gerenciamento de riscos são implementadas, auxiliando os gestores dos processos a reportarem adequadamente informações relacionadas a riscos e adotar medidas corretivas para correção de deficiências;
- Informações de risco relevantes são capturadas e comunicadas de forma oportuna por toda a instituição, permitindo que colaboradores, Diretoria Administrativa, e Comitê Executivo cumpram com suas responsabilidades;
- Ações preventivas e corretivas são implementadas para solucionar problemas e corrigir deficiências em processos e controles visando a redução de riscos operacionais e níveis aceitáveis;
- O conhecimento e as informações sobre riscos são apropriadamente compartilhados para auxiliar todas as funções a desempenhar melhor seus papéis de forma eficiente;
- Processos e controles são desenvolvidos para auxiliar as áreas de negócios e de operações a gerenciar os riscos operacionais;
- Orientações e treinamento sobre processos de gerenciamento de riscos são fornecidos a todos os níveis organizacionais da instituição; e
- A Diretoria e o Comitê Executivo são alertados sobre questões emergentes, mudanças no cenário regulatório e quanto a existência de novos riscos não abordados anteriormente que impactam o segmento de atuação.

Risco de mercado

Conforme a Resolução 4.557/17 do Banco Central do Brasil define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. Dada as características da EMPRESTA Capital, de seu modelo e escopo de negócios e de seu mercado de atuação, o risco de mercado é bastante mitigado.

Tipos de riscos

Considerando as operações da EMPRESTA Capital, o Comitê Executivo entende que para mitigação do Risco de Mercado, a instituição deve avaliar e acompanhar os seguintes pontos detalhados a seguir:

Taxas de juros - Empréstimos Empresta capital X concorrência

A EMPRESTA Capital busca adotar taxas competitivas perante a concorrência, mas também observando a viabilidade da operação, a sustentabilidade do negócio e o atingimento de um retorno compatível com o risco.

Taxa SELIC

A Taxa SELIC deve ser objeto de acompanhamento pelo Comitê Executivo, considerando o efeito na remuneração do capital, nas taxas de juros praticadas pelo Mercado Financeiro e no custo de captação.

Dada as características do modelo de negócios da EMPRESTA Capital, a variação da taxa SELIC influencia as taxas de remuneração aos cotistas do FIDC da qual somos o único originador e agente de cobrança e, por consequência, os custos de *funding* da instituição.

Investimentos de recursos próprios

Os recursos próprios da EMPRESTA Capital são aplicados em investimentos de natureza conservadora, conforme Política de Investimentos específica e vigente, aprovada pela Diretoria Executiva.

Tecnologia

A Administração deve acompanhar os avanços tecnológicos que podem impactar nas operações e no serviço prestado ao cliente.

Novas ferramentas devem ser implementadas, observada a relação custo X benefício, visando conferir ganhos de produtividade e melhor prestação de serviços a clientes.

Ações governamentais e órgãos reguladores

Deve ser objeto de acompanhamento obrigatório pelo Comitê Executivo o cumprimento da legislação e de demais normativos em vigor bem como, de legislações e normativos em estudos que possam impactar futuramente nas operações da instituição.

Monitoramento contínuo

O Comitê Executivo EXCO monitora periodicamente os riscos de mercado envolvidos no negócio da EMPRESTA Capital em suas reuniões de avaliação e acompanhamento de negócios.

A ferramenta utilizada para análise do seu custo de *funding* é o WACC (*Weighted Average Cost of Capital*). Este documento tem circulação restrita entre os membros do Comitê Executivo, e com a Coordenação Financeira.

A ferramenta utilizada para acompanhamento do cumprimento de legislação, Resoluções do Banco Central e Normativos atualizados é realizado por um sistema de gestão denominado GRISK, tendo como responsáveis pelas visualizações as áreas de Risco e Compliance.

Risco de conformidade

Estrutura de gerenciamento de risco de conformidade

De acordo com a Resolução 4.595/17 do Banco Central do Brasil define-se Risco de Conformidade a não contribuição ou não cumprimento das diversas normas, procedimentos e padrões mínimos de monitoramento das atividades de Compliance para que sejam seguidos por todos os colaboradores da Organização na implementação das melhores práticas de Governança Corporativa e adequação aos preceitos das Resoluções 2.554/98, 4.595/17 e 4557/17 do Banco Central do Brasil.

Na EMPRESTA Capital, a área de Compliance está subordinada à Diretoria Administrativa Financeira, podendo inclusive, se reportar ao Comitê Executivo. O Compliance deve assegurar a imparcialidade e o sigilo das informações tratadas. A independência também se aplica aos acessos físicos em relação aos demais departamentos, à segregação de processos, e aos sistemas utilizados. Como premissa, todas as áreas devem garantir o livre acesso dos responsáveis por atividades relacionadas à função de Compliance aos sistemas, informações e documentos necessários para o exercício de suas atribuições.

Políticas de gestão de compliance

A política relacionada à Compliance da EMPRESTA Capital estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê de Riscos e abrange os seguintes pontos:

- Papéis e responsabilidades;
- Princípios de Atuação
- Missão e Responsabilidade da Coordenadoria de Compliance;
- Controle e monitoramento; e
- Garantia da Independência do Trabalho Executado.

Risco socioambiental

Estrutura de gerenciamento de risco socioambiental

De acordo com a Resolução 4.327/14 do Banco Central do Brasil define-se Risco Socioambiental o grau de exposição ao risco socioambiental das atividades e das operações da instituição. Na EMPRESTA Capital, o processo de gerenciamento de Risco Socioambiental é realizado de forma compatível com a natureza das suas operações. Trata-se de um risco bastante mitigado dada a nossa atuação em nicho específico de Pessoa Jurídica (micro e pequenas empresas).

Nossa política de concessão de crédito defende e aplica ativamente, em todo e qualquer empreendimento realizado, o respeito aos direitos humanos, a igualdade, a ética, ao meio-ambiente, o combate a corrupção e a conformidade as leis e regulamentações aplicáveis, bem como a intolerância a qualquer tipo de atividade ilícita.

Risco de liquidez

Para gerenciamento do risco de liquidez, a RPW mantém os seguintes controles, que podem ser evidenciados pelos reports encaminhados a Diretoria Executiva na periodicidade descrita:

- Acompanhamento diário de fluxo de caixa;

- Projeção trimestral de fluxo de caixa (material enviado pela Dir. Adm. Fin ao EXCO);
- Acompanhamento semanal de recebimentos do mês;
- Acompanhamento do fluxo de caixa de originações e despesas do mês, liquidações em carteira e identificação de necessidade de captação;
- Índice de Inadimplência Carteira Própria;
- Rentabilidade mensal e anual RPW S/A;
- Custo de Captação mensal e anual;
- Projeções de Captação mensal e anual; e
- Fluxo de pagamentos mensal e anual das captações.

Risco de crédito

Conforme a Resolução 4.557/17 do Banco Central do Brasil, define-se risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador, ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, redução de ganhos ou remunerações, vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Formas de atuação

A RPW S/A SCFI pode atuar direta e isoladamente com seus clientes, ou ainda em conjunto com outros parceiros como Correspondentes Bancários, Redes de Distribuição e Agentes Comerciais, para a realização de operações de crédito.

Para cada parceiro com que a RPW tenha interesse em operar deve ser formalizado um convênio de parceria, a ser elaborado pelo Jurídico da Instituição, com cláusulas e condições específicas conforme a característica dos negócios. Dentro das políticas estabelecidas nas parcerias, a Instituição determinará as cláusulas constantes nos contratos a serem formalizados com os clientes finais. Os parceiros são responsáveis pela indicação do cliente a RPW para a realização de operações de crédito e, sempre que possível, pelo apoio e situações de cobrança.

Processo de crédito

O processo de crédito é constituído pelas seguintes etapas:

Concessão: é a porta de entrada no relacionamento de crédito com a RPW. Abrange a análise do cliente e da operação:

- Análise do cliente: deve-se observar a sua capacidade de repagamento, as suas informações cadastrais e financeiras, a finalidade do recurso e sua disposição de realizar o pagamento da operação.
- Análise da operação: a RPW busca compatibilizar a oferta de produtos de crédito adequados ao perfil e à capacidade de pagamento do cliente.

Acompanhamento e manutenção: compreende a fase de acompanhamento da aplicação dos recursos liberados, o gerenciamento das garantias, monitoramento da situação do tomador, entre outras ações de gestão do risco.

- O principal objetivo nesta fase é a prevenção contra a inadimplência dos ativos ou a ação imediata caso se detecte a deterioração do crédito.

Cobrança: caracteriza-se pela utilização de mecanismos que asseguram o retorno dos recursos emprestados, levando-se em conta algumas variáveis como o relacionamento do cliente com a empresa, a minimização de custos legais e a utilização de mecanismos automatizados de cobrança e recebimento de dívidas.

Recuperação: trata-se da fase em que a RPW busca reduzir as perdas de crédito, minimizar os custos de recuperação e aumentar a taxa de recuperação. Estão contemplados nesta etapa o processo de cobrança extrajudicial, terceirização (contratação de empresas para prestar serviços de cobrança e recuperação de créditos inadimplidos) e a cobrança judicial.

Políticas de risco de crédito

As políticas relacionadas ao processo de concessão do crédito da RPW estabelecem as regras definidas e aprovadas pelo Comitê de Riscos, e estão especificadas a seguir:

- Procedimento de Operação de Crédito Consignado Produtivo;
- Procedimento de Operação de Crédito Financiamento Condomínio;
- Procedimento de Operação de Crédito Consignado Produtivo Terceirizado;
- Procedimento de Operação de Desconto de Duplicatas; e
- Política de Crédito.

As políticas são revisadas anualmente, porém revisões extraordinárias poderão ser demandadas em decorrência de qualquer alteração significativa nos indicadores da carteira de crédito, mudanças nas estratégias comerciais e operacionais em adequação ao mercado, ou em decorrência de eventos relevantes que possam impactar significativamente nos negócios.

Estratégias

Com o objetivo de manter o Risco de Crédito em níveis adequados, a área de Riscos monitora os indicadores de crédito e, caso haja necessidade, estabelece correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite de riscos adotados pela organização. As correções envolvidas podem incluir:

- Revisão na política de crédito mencionadas anteriormente;
- Revisão dos modelos internos;
- Avaliação de novas ferramentas de mercado; e
- Alteração no Normativo Operacional para Cobrança de Clientes em atraso.

A área de Risco de Crédito atua em parceria com a área de Recuperação de Crédito e Jurídico na avaliação dos inadimplentes. Além de contribuir em ações estratégicas com a cobrança, sempre buscando alavancar os resultados de recuperação de saldos inadimplentes e consequentemente mitigando as perdas de crédito.

20. Plano de implementação da Resolução 4.966/2021

A Resolução CMN nº 4.966/2021 introduz conceitos e critérios contábeis para instrumentos financeiros, além de estabelecer diretrizes para a contabilidade de hedge, visando reduzir assimetrias em relação aos padrões internacionais, como o IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de

2025. As principais mudanças incluem a classificação de instrumentos financeiros, o reconhecimento de juros em casos de atraso, o cálculo da taxa efetiva contratual, a baixa por prejuízo e o reconhecimento de provisões, bem como a classificação de operações com problemas de crédito.

A Lei nº 14.467/2022 modificou o tratamento tributário das perdas decorrentes do recebimento de créditos por instituições financeiras e outras autorizadas pelo BACEN. A alteração mais significativa diz respeito à dedução das perdas incorridas na apuração do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Essa lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação da Empresa Capital SCFI inclui a adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e outros regulamentos correlatos, além da reformulação do elenco de contas do COSIF.

O plano de implementação dos normativos foi elaborado de forma colaborativa, englobando as áreas de Contabilidade, Risco, Tecnologia e outras áreas relevantes. Com o objetivo de identificar os ajustes necessários e os possíveis impactos para garantir a conformidade com a nova resolução, o plano está dividido nos seguintes estágios:

- Estabelecimento de fóruns e comitês multidisciplinares para definição e acompanhamento da implementação;
- Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e
- Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação está sendo dividido em fases ao longo de 2023 até o final de 2024, sujeito à emissão de normas acessórias pelo BACEN.

21. Eventos subsequentes

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras não há qualquer evento subsequente a ser divulgado.

* * *